

Dívida e miséria

21 NOV 1990

Ext

LOURENÇO FERREIRA DO PRADO

O GLOBO

O Brasil tem dificuldades de planejar a retomada do crescimento econômico, enquanto persiste o impasse da dívida externa, porém não aceita soluções apresentadas que condenem o País ao empobrecimento. A década de 80 foi dura para os países devedores e relativamente boa para os bancos credores. O Brasil não aceita a repetição deste filme.

Na década perdida de 80, a inflação média anual saltou de 54,4% para 1.334,4%, enquanto a renda per capita esteve estagnada, com crescimento de apenas 0,4%. Ao longo da década, a dívida externa cresceu de 55,8 bilhões para 114,7 bilhões de dólares. Novo retrocesso na renegociação da dívida trará mais inflação, recessão, desemprego e comprometimento da qualidade de vida no País, o que embutirá o risco político de repúdio da dívida externa.

O Brasil não pode manter o calote da dívida social, sob pena de criar incontroláveis problemas políticos internos. Ao longo das últimas décadas, a inflação e a ciranda financeira ampliaram a miséria no Brasil. De 1960 a 1987, a participação dos 50 por cento dos brasileiros mais pobres caiu de 18 para 12,5 por cento da renda nacional, enquanto a dos cinco por cento mais ricos subiu de 28,8 por cento para 35,4 por cento. Documento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) aponta que, no Brasil, 40 por cento da população passam fome e a desnutrição atinge 30 por cento das crianças com até cinco anos de idade.

A tentativa de efetuar o pagamento da dívida externa às custas do crescimento da dívida interna ou de emissão monetária resultou em crescimento de pressões inflacionárias. No primeiro trimestre deste ano, a

inflação anualizada alcançou 81.892,8 por cento, com a clara identificação do processo hiperinflacionário. Ninguém ignora os sacrifícios impostos à população, ao longo da última década, pelos sucessivos programas de ajuste interno da economia brasileira.

Os economistas do Banco Mundial Stanley Fischer e Ishrat Husain, em artigo na revista "Finanças e Desenvolvimento", editada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, em junho último, destacaram que as políticas de ajuste econômico dos países devedores, baseadas em crescentes superávits comerciais, tiveram "um alto preço".

Não só o Brasil, como a maioria dos países da América Latina e da África, perdeu uma década de crescimento: "Os níveis de investimento e de produção despencaram, os salários e consumo interno ficaram reprimidos e não raro os governos tiveram de financiar seus oíma 14 por cento, o trabalhador sofre com o desemprego e o arrocho salarial.

Na carta de intenção enviada ao FMI, o Governo brasileiro deu o tom do custo social do Plano Collor: "A fim de se obter a redução desejada da inflação, são necessárias políticas que restrinjam fortemente o crédito, implicando rígido controle sobre o crescimento da oferta da moeda, independentemente dos efeitos de tais políticas sobre os níveis das taxas de juros. O êxito desse esforço antiinflacionário será acompanhado com muita atenção, e a política monetária será tornada mais rígida, caso isso se revele necessário para assegurar que a inflação se reduza sem demora."

Os trabalhadores discordam da postura do Banco Central de considerar até natural o avanço da reces-

são econômica e a perspectiva do severo desemprego no primeiro trimestre de 1991. O movimento sindical sempre postula expansão da economia e da oferta de emprego. Por isso, não cabe aos dirigentes sindicais discutir, por conta de duvidosa política de combate à inflação, mais dois anos de sacrifício para a classe trabalhadora, sem perspectiva de ganho real dos salários e ainda com risco de ampliação do desemprego.

A quebra de empresas de todos os tamanhos confirma apenas os equívocos do Plano Collor. As distorções do desbloqueio dos cruzados novos e o aperto da política monetária apenas favoreceram um punhado de empresas capitalizadas. Maiores empregadoras e dependentes de empréstimos bancários, as pequenas e médias empresas sofrem danos ampliados da ortodoxia monetária, que arrasta grandes e tradicionais empresas.

A classe trabalhadora garante o apoio lá fora às propostas oficiais de renegociação da dívida externa capazes de impedir que o Brasil tenha nova década perdida. Mas os trabalhadores não podem aceitar novos sacrifícios internos inúteis. Daí o movimento sindical exigir o debate interno do plano de refinanciamento da dívida externa, desde o aperto monetário até a abertura da economia, por entender que importações desnecessárias abalam ainda mais as pequenas e médias empresas, menos capacitadas a buscar no exterior a propalada redução de custos e, em consequência, a oferta de emprego.

Lourenço Ferreira do Prado é Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) e representante da classe trabalhadora no Conselho Monetário Nacional (CMN) e no Conselho Curador do FGTS.